

IMAGINÁRIO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O PAPEL DOS AGENTES EDUCACIONAIS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS NA COSTA DA CONCEIÇÃO, ITACOATIARA (AM)

Rosa Marília Rosas Lira¹

Máximo Alfonso Rodrigues Billacres²

Resumo: A pesquisa foca no imaginário social dos agentes educacionais da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva na Comunidade Nossa Senhora das Graças na Costa da Conceição, em Itacoatiara, e a sua relação com o manejo sustentável de recursos naturais e o desenvolvimento rural sustentável. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando o estudo de caso, análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Os resultados destacam a importância do engajamento dos educadores com a realidade socioambiental da comunidade, que apresenta grande potencial de recursos naturais. Contudo, o estudo revela desafios na implementação de práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade, como a falta de infraestrutura adequada e a ausência de uma abordagem mais profunda nos documentos pedagógicos da escola sobre Educação Ambiental. O trabalho sugere a necessidade de políticas públicas que integrem o currículo escolar com práticas sustentáveis, visando promover a preservação ambiental e o bem-estar da comunidade.

Palavras-chave: Professores; Imaginário Social; Desenvolvimento Rural; Comunidade; Itacoatiara.

¹ Universidade Federal da Amazonas. E-mail: rosamariliarosas@gmail.com, Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3032801974162523>

² Universidade Federal da Amazonas. E-mail: billacres@gmail.com, Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7146578068924410>

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 8: 394-413, 2024.

Abstract: The research focuses on the social imaginary of educational agents at the Anília Nogueira da Silva State School in the Nossa Senhora das Graças Community in Costa da Conceição, in Itacoatiara, and its relationship with the sustainable management of natural resources and sustainable rural development. The research adopts a qualitative approach, using case studies, document analysis, semi-structured interviews and participant observation. The results highlight the importance of educators' engagement with the socio-environmental reality of the community, which has great potential for natural resources. However, the study reveals challenges in implementing pedagogical practices aimed at sustainability, such as the lack of adequate infrastructure and the absence of a deeper approach in the school's pedagogical documents on environmental education. The work suggests the need for public policies that integrate the school curriculum with sustainable practices, aiming to promote environmental preservation and community well-being.

Keywords: Teachers; Social Imaginary; Rural Development; Community; Itacoatiara.

Introdução

As escolas localizadas em áreas ribeirinhas desempenham um papel fundamental no envolvimento com questões socioambientais, pois estão diretamente inseridas nos territórios que abrigam os recursos naturais e servem como espaços de convivência para a comunidade. Essas instituições, situadas em regiões ricas em biodiversidade, acabam estabelecendo uma forte conexão com a população local. Elas incorporam toda a diversidade cultural, social e ambiental nos processos de ensino e na forma como interagem com o ambiente ao seu redor.

Nesse contexto, alguns dados chamam a atenção. De acordo com o IBGE, o Censo de 2021 revelou que o município de Itacoatiara, no Amazonas, tem cerca de 104 mil habitantes, sendo que 29.272 vivem em áreas rurais, distribuídas por 208 comunidades.

Em relação à educação básica, existem três escolas estaduais que atendem 991 estudantes no ensino regular, além de 1.805 alunos que frequentam o Ensino Mediado por Tecnologia nas áreas rurais e ribeirinhas. Nas escolas municipais, o total é de 9.003 estudantes em zonas rurais. Ao todo, há 199 professores no ensino médio e 1.018 no ensino fundamental, somando 12.817 alunos e 1.217 professores nas escolas da zona rural (BRASIL, 2021).

Esses números chamam atenção para a existência de uma comunidade escolar extensa em Itacoatiara/AM e cabe considerar que uma parte dela se situa na zona rural e que atende parte de uma população que faz parte da comunidade ribeirinha. O professor que atua nas escolas do interior exerce um papel fundamental na troca de saberes porque passa o ano todo lidando com a realidade das comunidades e ainda ministra suas aulas de acordo com uma

estrutura curricular, que conforme as considerações de Brígida e Ramos (2020) necessitam de uma adequação à realidade amazônica:

Essa diversidade do ser amazônico está intrinsecamente ligada ao contexto educacional que necessita, em seus currículos, abordar a riqueza cultural, social e plural, principalmente na educação ribeirinha, que está relacionada ao contexto dos rios, florestas e solos.

A necessidade de um currículo ribeirinho é de extrema importância e urgência, já que as práticas pedagógicas que se aplicam a uma realidade urbana, nem sempre são adequadas à realidade ribeirinha, pois o currículo urbano não atende às necessidades de quem mora em uma comunidade rodeada por rios. As culturas, costumes e práticas socioculturais são diferenciadas, e encontram-se em realidades opostas (p. 204).

Nessa perspectiva, surgiu a demanda de conhecer o imaginário social dos professores da educação básica localizada na comunidade ribeirinha de Nossa Senhora Graças na Costa da Conceição em Itacoatiara/AM na Escola Estadual Anília Nogueira da Silva sobre o manejo de recursos naturais no desenvolvimento rural sustentável.

De acordo com Carvalho (1987), o imaginário social é formado por ideologias, utopias, símbolos, alegorias, ritos e mitos, elementos que influenciam diretamente as visões de mundo dos indivíduos. Nesse contexto, o conceito de pertencimento também desempenha um papel importante nesta pesquisa. Morthy (2018) destaca que o ato de se sentir pertencente a algo ou a algum lugar envolve uma conexão com outras pessoas, com o ambiente e com os recursos naturais. A autora ainda argumenta que, quando o ser humano não se sente conectado ao meio ambiente, as ações destrutivas contra a natureza tendem a não gerar impactos significativos em seu comportamento. Assim, o imaginário social e o pertencimento estão intimamente relacionados às interações entre os indivíduos e o ambiente ao seu redor, influenciando suas atitudes em relação à preservação ambiental.

A comunidade apresenta um grande potencial de recursos naturais que fazem parte diretamente da vivência das pessoas dessa comunidade. Dentre o grande potencial de recursos naturais, destacam-se o hídrico (rio e lagos), a diversidade de peixes típicos da nossa região (pacu, jaraqui, tucunaré) e árvores frutíferas, como: banana, graviola, taperebá, maracujá, goiaba, melancia e cacau.

Esta pesquisa revela-se relevante, pois a escola em questão, localizada na comunidade mencionada, tem o potencial de colaborar com as universidades, promovendo avanços em pesquisas voltadas à educação, sustentabilidade e ao desenvolvimento rural sustentável. Através de práticas pedagógicas implementadas pelos agentes educacionais, como a equipe

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 8: 394-413, 2024.

diretiva e os professores, e pelo manejo responsável dos recursos naturais, a instituição pode contribuir significativamente para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a implementação de políticas públicas. Ademais, a pesquisa favorece a construção de um conhecimento de caráter multidisciplinar, integrando diversas áreas do saber.

Neste contexto, este estudo teve como objetivo analisar de que maneira o imaginário dos agentes educacionais da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva influencia as práticas pedagógicas ligadas ao manejo sustentável dos recursos naturais e ao desenvolvimento rural na Comunidade Nossa Senhora das Graças, situada na Costa da Conceição, em Itacoatiara (AM). Para isso, foram observadas e contextualizadas as particularidades da comunidade, com a identificação dos desafios enfrentados. Além disso, buscou-se sugerir estratégias para incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no currículo escolar por meio da análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição.

Fundamentação Teórica

O embasamento conceitual e contextual escolhido contribuiu para justificar a relevância do tema, influenciando as abordagens apresentadas e embasando as escolhas metodológicas.

Imaginário Social

De acordo com Maroun e Vieira (2007), o imaginário é baseado na ideia de pertencer a algo, compartilhando uma filosofia de vida, linguagem, atmosfera e visão de mundo. Sendo assim, o imaginário social é equivalente ao imaginário, pois só pode ser percebido quando é compartilhado coletivamente.

Assim sendo, um conjunto de representações, ideias, crenças e valores compartilhados por um grupo de indivíduos, que influenciam suas percepções e comportamentos em relação à sociedade e ao mundo ao seu redor.

Fundamentado nos estudos sobre o imaginário social, a escola é situada como uma instituição que busca resgatar uma de suas características fundamentais, que é a produção de significados (Oliveira, 1993).

Nessa perspectiva, é importante destacar que a escola desempenha um papel indispensável como representatividade de um espaço de discussão, reflexão e ação sobre questões que dizem respeito à vida.

Assim, ser uma escola engajada em questões socioambientais é comprometer-se com uma abordagem abrangente da educação, pautada em um processo pedagógico participativo que busca contribuir com os estudantes no que tange à criticidade quanto aos problemas ambientais e incentivá-los a ter uma educação preocupada não apenas voltada para o seu bem-estar individual, mas também com a transformação moral da sociedade.

Contribuir para que haja nas relações socioambientais uma autocompreensão também é importante para que as relações sejam favoráveis ao processo de desenvolvimento de um determinado povo, de uma determinada comunidade, ou seja, de um coletivo, pois conforme Yu-Fi Tuan defende em sua obra *Topofilia*, “...sem a autocompreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais”. (p. 01)

Yu-Fi Tuan (1980. P. 15), ressalta ainda que “estamos bem conscientes de que os povos, em diferentes épocas e lugares, construíram seus mundos de maneira muito diferente”. E isso é relevante para uma discussão acerca de que o contexto histórico traz informações diferentes sobre a vivência e construção de uma identidade de uma determinada comunidade. As concepções acerca das questões culturais, históricas, educacionais e ambientais são distintas, porém importantes para a qualidade de vida de pessoas que vivem em algum lugar.

Quanto à preferência ambiental de uma pessoa Yu-Fi Tuan (1980) destaca que para que haja a compreensão dessa preferência é importante conhecer a herança biológica, história cultural educação, trabalho, criação e arredores físicos, bem como as experiências de um grupo no seu contexto de ambiente físico.

É interessante ressaltar que as percepções de um determinado ambiente podem variar entre as pessoas que são visitantes e as pessoas que são nativas ou locais. Como mencionado por Yu-Fi Tuan, “o visitante e o nativo formam uma parte mínima da população total”. Isso significa que suas perspectivas e experiências podem ser diferentes devido à sua relação com o ambiente em questão.

Para Durand (1995) a consciência possui duas formas de representar o mundo: uma delas é direta, onde a própria coisa dá a impressão de estar presente no espírito. A outra forma já é indireta, onde a “coisa” ausente está representada na consciência por alguma imagem. Assim, os artifícios que são ativados no segundo exemplo estão em destaques quanto aos processos que identificam os sujeitos que são históricos e é em detrimento deles que há a construção do imaginário social. Desta forma, a produção de sujeitos sociais consolidada pode ser pensada como a instituição de comunidades imaginadas.

Essas comunidades imaginadas precisam ser consideradas em qualquer circunstância de relações entre homem e o mundo real. São essas comunidades que possibilitam os seres humanos a participarem por meio dos sinais da construção de conceitos sobre o espaço em que ocupam, vivem e agem, ou seja são as formas de enraizamento do imaginário nos processos que constituem a existência social.

Percepção Ambiental

A percepção ambiental pode ser conceituada como uma tomada de consciência do ambiente pelo homem. Desta forma compreende-se que a percepção ambiental é o ato de perceber o ambiente do qual faz parte e aprender a proteger e a cuidar do mesmo.

Na perspectiva de Gonçalves (2003), a percepção ambiental e a educação surgem como armas na defesa do meio natural e contribuem para a reaproximação do homem da natureza, permitindo um futuro com muito mais qualidade de vida para todos, já que desperta uma maior responsabilidade e compromisso a respeito dos indivíduos em relação ao ambiente em que vivem. Este sentimento de pertencimento do homem em relação ao espaço natural onde vive gera, certamente, uma atitude de defesa daquele lugar.

Para Pacheco e Silva (2007) a percepção ambiental é relevante por colaborar para a consciência e prática de ações individuais e coletivas e também para um melhor entendimento das relações entre homem e ambiente, suas expectativas, satisfações, insatisfações, julgamentos.

Os estudos sobre Percepção Ambiental lidam diretamente com o homem, sua cultura, suas manifestações, suas raízes “[...] o ser é, existencial e primordialmente, afetividade, comunicação e compreensão. Lançado no mundo, o homem percebe-se e torna-se humano no contato com os outros homens, afetado pelo que desse convívio descortina” (Garnica, 1997. p.02).

Vários autores conceituam percepção ambiental, mas vale ressaltar que, todos eles apresentam um ponto em comum, que é a questão das relações entre o homem e o meio ambiente, como cada indivíduo o percebe, o quanto conhece do seu próprio meio, o que espera do seu meio, como o utiliza e sua ação cultural sobre esse meio, como se relaciona com o seu meio.

Cada indivíduo ou comunidade tem percepções diferentes do meio ambiente de acordo com suas necessidades, cultura e contexto temporal. Essas percepções são influenciadas por crenças, costumes e valores, moldando a forma como enxergamos e interagimos com a natureza (Tuan, 1980).

A paisagem, como resultado desse processo social de construção de imagens, deve ser compreendida em seu contexto completo, não apenas como uma beleza visual, mas como um reflexo das relações humanas e sociais que a acompanham (Lacoste, 1995)

Considera-se então, a importância dos estudos de percepção ambiental para realização de projetos de intervenções em comunidades que já foram afetadas por empreendimentos que não cultivam a sustentabilidade ou que ainda não desenvolvem projetos nesta perspectiva (Leite, 2009).

As nossas visões de mundo, do ambiente físico, natural são construídas socialmente e se diferem de acordo com cada realidade, cultura, com as experiências perceptivas, com os conceitos e valores incutidos, o que traz

como consequências as atitudes que tomamos perante a realidade que nos cerca. Nesse sentido, a compreensão de como os moradores dessas comunidades percebem e interagem com o ambiente é essencial para a efetivação de práticas educacionais relevantes, que atendam à realidade da comunidade da qual faz parte. Ao considerar as percepções locais, as escolas podem promover uma Educação Ambiental que valorize os conhecimentos tradicionais, respeite a cultura e os modos de vida das comunidades ribeirinhas e incentive a conservação dos recursos naturais e que trace planos e projetos para as próximas gerações.

Desenvolvimento Rural Sustentável

No contexto da percepção ambiental e das relações entre o homem e o ambiente, a escola desempenha um papel fundamental ao promover o desenvolvimento rural sustentável. Ao sensibilizar os estudantes para a importância da preservação e conservação dos recursos naturais, da agricultura sustentável e do uso responsável desses recursos, a escola pode mobilizar ações que os envolvam para o exercício de práticas que incitem mudanças em suas comunidades. Além disso, a escola pode incentivar o uso de práticas agrícolas sustentáveis, como a agroecologia e a diversificação de cultivos, promovendo a segurança alimentar, a saúde e o bem-estar das pessoas locais.

A expressão “desenvolvimento sustentável” tem suas origens pautadas na Conferência de Estocolmo, que aconteceu em 1972, precedida naquele momento por diversas reuniões pelo mundo. Tais reuniões oportunizaram inúmeros trabalhos, bem como relatórios, dentre eles, o Relatório de Founex, que evidencia o binômio meio ambiente x desenvolvimento, determinando uma perspectiva intermediária entre as seguintes vertentes: a abordagem reducionista do ecologismo intransigente e o economicismo estreito e rigoroso (Sachs, 1993)

De acordo com Sachs (1997), “o ecodesenvolvimento integra diversos aspectos, não se limitando a aspectos estritamente ambientais. Esse conceito incorpora, além do econômico, o social e o ambiental na busca do verdadeiro desenvolvimento”. Neste contexto, o autor elaborou um novo conceito de desenvolvimento, que é o “desenvolvimento sustentável”. Assim, surgiu o tripé do desenvolvimento sustentável hoje proclamado, que é: o desenvolvimento deve ser socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente correto” para ser considerado sustentável.

Para Veiga (2001, p.67):

a efetiva construção de um desenvolvimento sustentável deve partir da emancipação/equidade social e

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 8: 394-413, 2024.

preservação/conservação do meio ambiente onde o crescimento econômico esteja aliado ao bem estar social e a sustentabilidade ambiental, mantendo sua capacidade produtiva ao longo do tempo, atendendo as necessidades das atuais e futuras gerações. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável tem como viés central o avanço na qualidade de vida da população respeitando os limites de capacidade dos ecossistemas.

Neste sentido, enfatiza-se que não há desenvolvimento sustentável baseado apenas no crescimento econômico, onde os ecossistemas são vistos como “recursos” naturais ilimitados, e a sociedade como “mão-de-obra” disponível para o mercado, mas que é possível utilizar os recursos naturais com comprometimento de não esgotar tais recursos em prol de interesses particulares.

Costabeber e Caporal (2003, p.03) defendem o desenvolvimento rural sustentável como um processo gradativo de mudança que “encerra em sua construção e trajetória a consolidação de processos educativos e participativos que envolvem as populações rurais, conformando uma estratégia impulsionadora de dinâmicas socioeconômicas mais ajustadas ao imperativo ambiental.”

Um ponto relevante quando se trata do tema desenvolvimento sustentável é a ideia de produção e consumo, já que esta ideia se caracteriza por serem sempre crescentes, obtendo como resposta o esgotamento e a contaminação dos recursos naturais, o que gera abismos sociais entre as nações e a ocupação de espaços diferenciados pautados nas decisões de quem ocupa esses espaços. Cada vez mais fica evidente que essa relação entre produção e consumo deve ser tratada num outro contexto diferente do que se vivencia, ou seja, com compromisso, técnicas adequadas, com a perspectiva do desenvolvimento sim, mas sustentável.

Dessa forma, considera-se que uma comunidade local pode ser um espaço que propicia um desenvolvimento rural sustentável que deve ser cultivado com racionalidade. Esse fato acontece sob a justificativa de que as ações que poderão levar a esse tipo de desenvolvimento serão justamente as respostas que uma comunidade local dá sobre os problemas que vivenciam no cotidiano e com isso, também a possíveis soluções que ela irá propor no que tange à produção, à ocupação do espaço, ao consumo e ao aproveitamento local de suas riquezas naturais e humanas.

Quanto ao aproveitamento local das potencialidades dos recursos naturais, Sachs (1997) apresenta uma abordagem sobre a importância do empoderamento das comunidades locais e o reconhecimento de suas iniciativas para o desenvolvimento dentro de comunidades rurais, a de que é necessário valorizar e refletir sobre a experiência cotidiana dos agentes educacionais, pois o processo de reapropriação do saber comum diante de

uma base científica proporciona surgimento de novas indagações, no qual o conhecimento é construído.

Caldart (2008) cita que “o processo gradativo de pertencimento, de aproximação da escola e de seus sujeitos com a comunidade local é essencial. O intuito é fazer a relação entre o conhecimento acadêmico, o conhecimento escolar e o conhecimento popular”.

Portanto, se escola conhecer as potencialidades e riquezas dos recursos naturais de uma comunidade e desenvolver um trabalho de informação e sensibilização para a causa já pode ser um passo para o trabalho gradativo de implementação de um desenvolvimento rural sustentável, responsável, comprometido.

Educação do Campo

Abordar Educação do Campo no cenário escolar atual tornou-se indispensável, pois sabemos que o currículo deve abranger não apenas a produção de alimentos, mas também aspectos culturais, identitários, políticos e econômicos do local de vivência dos estudantes. Para que a escola no campo seja verdadeiramente do campo, é essencial estabelecer uma relação próxima com a comunidade local, promovendo o diálogo entre os conhecimentos escolares e o saber popular. Dessa forma, é possível construir uma educação contextualizada e significativa para os estudantes rurais.

Vale destacar que quando se trata de educação no campo há as populações caboclas ribeirinhas, que segundo Hage (2011), pautado na ideia de Gonçalves (2006), são as mais características da Amazônia e em suas práticas, estão presentes as culturas que vêm dos diferentes povos indígenas, do imigrante português, de migrantes nordestinos e de populações negras.

Esse tipo de população acima citada desenvolveu todo um saber na convivência natural com os rios e com a floresta. A pesca é uma das atividades de seu complexo cultural. Eles possuem uma visão e uma prática nas quais o solo, floresta e rio se apresentam como interdependentes, dos quais todo um modo de vida e de produção foi sendo tecido, combinando essas diferentes partes dos ecossistemas com agricultura, extrativismo e pesca.

Neste contexto, destaca-se que nestas comunidades ribeirinhas, os agentes educacionais lidam com este tipo de cultura e no currículo há a presença ainda tímida dos ecossistemas, porém a realidade é marcante e interfere em suas práticas educacionais.

Assim, Hage nos apresenta um pensamento interessante quanto à inserção no âmbito da educação do campo como espaço de pesquisa e intervenção e que tem oportunizado a explicitação de nosso posicionamento a favor da afirmação de novos horizontes de sociabilidade, pautados em experiência negativa, que forja a territorialidade no campo da Amazônia.

Esta ideia traz como protagonistas diversos sujeitos coletivos, como os movimentos sociais populares do campo, dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, da floresta, que se colocam no cenário mais recente em disputa pelo reconhecimento de seus territórios e dos seus modos de vida, demarcando uma cartografia de novas territorialidades de esperança e de contestação ao modelo de desenvolvimento dominante que ainda há até os dias atuais.

Nesta perspectiva, enfatiza-se que construir uma escola do campo é garantir o direito à educação ao homem do campo no lugar onde ele mora, sem precisar ir para a cidade em busca desse direito. A esse respeito, Arroyo afirma que “o que mais impressiona nos dados sobre a Educação do Campo é uma histórica vulnerabilidade desse direito. É negado o direito à educação ou lhes é garantido o mínimo do mínimo por uma única razão: viverem no campo” (2004, p.100).

Daí a importância das escolas replanejarem os seus currículos e aproximarem o seu trabalho ao que é real, ao que é válido para a construção de espaços de inclusão e valorização da sua comunidade local. É proporcionar vez e voz às populações ribeirinhas, considerando às suas particularidades. A educação na Amazônia, no campo, nas comunidades ribeirinhas deve ser construída a partir do específico, do local, da cultura e da riqueza de recursos naturais que compõem essa região.

Nesta óptica, não se pode esquecer que a cultura no processo de construção da identidade do povo amazônico é um traço marcante e é preciso situá-la na sua relação com os processos educativos e no conjunto das relações sociais. Um exemplo disto é que a identidade do ribeirinho também se constrói na sua relação com o rio, que é considerado um espaço de vida e de luta pela sobrevivência. Sobre este fato, Araújo (2003, p.36), afirma que “As direções das águas dos rios da Amazônia traçam os rumos de sua civilização.”

Assim, é importante compreender que a educação está imbricada na dinâmica da vida cotidiana, ou seja, ela tem relação direta com a natureza. Tudo é educação, pois é nessa relação que se reafirmam os valores, o modo de vida e o sentimento de pertencimento ao lugar. A educação no campo necessita com urgência da implementação de políticas públicas que considerem os aspectos da atual realidade em que não mais cabem as relações de exploração dos recursos naturais, dos recursos que podem garantir a qualidade de vida das gerações atuais e das futuras gerações.

Enfim, neste contexto da Educação do Campo, enfatiza-se a necessidade de mais investimento na área da pesquisa sobre as escolas ribeirinhas para que se possa realmente ter um currículo adequado e também a captação de recursos devidos. Tais escolas são cheias de sentidos, de significados, de riquezas de sentimentos, pois como retrata Brandão (2014, p.24), é o “contexto é onde as pessoas estão juntas, vivem juntas e aprendem a viver juntas. É onde se planta e se colhe o milho e é onde está a minha casa com a minha família”.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental vem obtendo maiores proporções no âmbito escolar. Regida pela Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999, destaca, dentre outros, os objetivos, conceitos, princípios e a sua forma de relação com a educação escolar.

Com uma responsabilidade atribuída a todas as esferas públicas municipais e federais, a Educação Ambiental nos espaços escolares passou a fazer parte do currículo da Educação Básica e a ser trabalhada de forma interdisciplinar. Um dos principais objetivos do trabalho com o tema é a mudança de comportamento frente aos desafios socioambientais, da minimização dos danos ambientais provocados pela ação humana e a efetivação de práticas de sustentabilidade.

Considerada no currículo das escolas como um conjunto de ações sustentáveis, com foco na proteção e uso racional dos recursos naturais, a Educação Ambiental precisa promover a formação crítica das pessoas, com compromisso com o planeta e as gerações atuais e futuras. A vivência nos espaços educacionais com práticas de sustentabilidade precisa ser realmente concreta, não tida como uma mera obrigação de cumprimento de leis e currículos, mas com ações de valorização das vidas.

Quanto aos avanços no campo das políticas públicas, podemos citar **Agenda 2030 da ONU – Organização das Nações Unidas-** que implica em atribuições para cada país em vários eixos de indicadores de qualidade de vida. Quanto às questões ambientais e de sustentabilidade no campo da Educação Ambiental, na agenda em questão com **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS) com 169 metas que devem ser alcançados até 2030, enfatizamos: a energia acessível e limpa, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, combate às alterações climáticas, vida debaixo d'água e vida sobre a terra, que são abordadas no contexto escolar ainda de forma mínima, porém com grande potencial para avanços e transformações.

Sendo assim, é possível realizar no âmbito escolar um trabalho que possa assegurar reflexões e a promoção de padrões de consumo sustentável, proteção dos ecossistemas, medidas para minimizar os impactos globais com a definição nesses longos anos de pactos e políticas públicas.

Ainda em se tratando de Educação Ambiental, merece destaque quanto aos avanços na definição de nossas propostas temáticas e curriculares a construção realizada com a participação de profissionais da área da educação básica e superior de instituições públicas e particulares do Referencial Curricular Amazonense para a Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais e Ensino Médio. Merece destaque que este documento visa resgatar e valorizar as identidades dos povos amazônidas.

No contexto das Ciências Ambientais, o RCA, de acordo com Brasil (2015), tem a finalidade de oportunizar aos estudantes o compromisso com a sustentabilidade e defesa do meio ambiente, bem como propor soluções para o

enfrentamento de desafios locais e/ou globais no que diz respeito às condições de vida e ao meio ambiente.

Portanto, como afirma Pedrosa et. al. (2024, p. 35), “...a Educação Ambiental desempenha um papel central na formação do cidadão, incorporando a capacidade de tomar decisões e solucionar problemas.”

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, configurando-se como um estudo de caso. Foram empregados, além disso, métodos como observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental.

Segundo Bogdam e Biklen (1994), os estudos qualitativos buscam examinar os dados de forma integral, preservando a fidelidade do registro ou transcrição. Essa metodologia possibilita uma compreensão mais abrangente e detalhada do objeto de estudo, assegurando que as nuances e complexidades das informações coletadas sejam cuidadosamente mantidas e analisadas.

Área da pesquisa e os participantes

A pesquisa foi realizada na Comunidade Nossa Senhora das Graças, que está localizada na Costa da Conceição, zona rural do Município de Itacoatiara-AM (Figura 1).

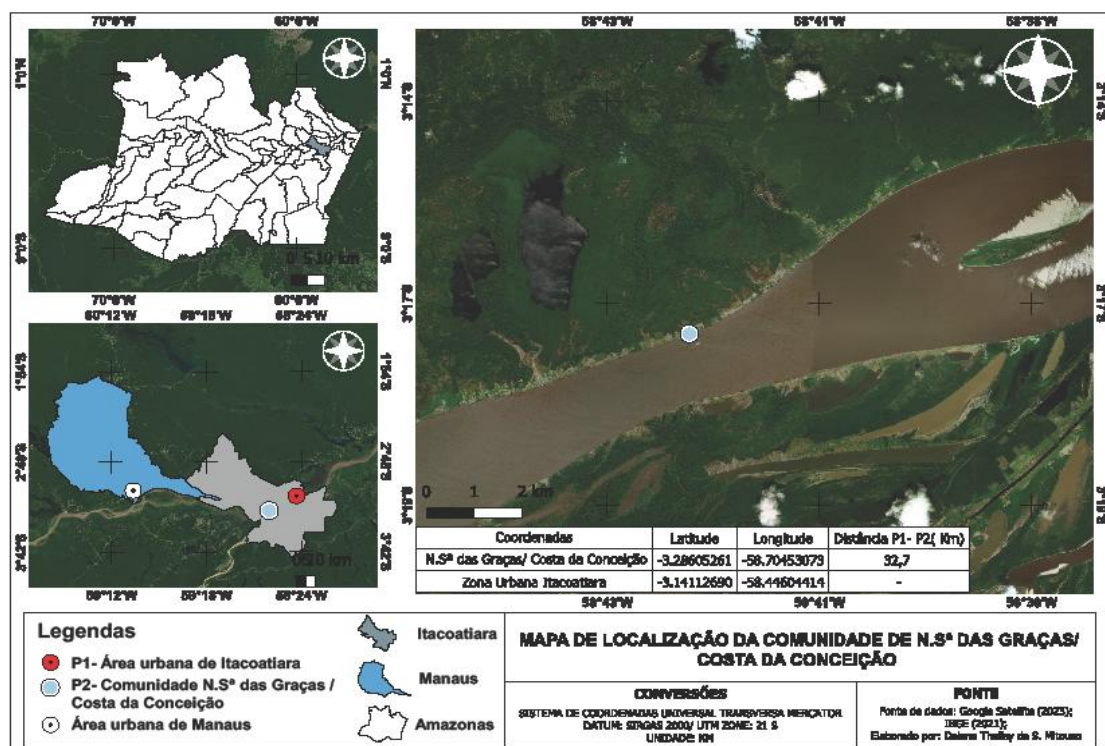


Figura 1: Localização da Comunidade Nossa Senhora das Graças – Costa da Conceição.

Fonte: organizados pelos autores, 2024.

O acesso à comunidade em questão é por meio fluvial e tem uma população estimada de 320 habitantes, segundo os dados do IBGE (censo 2021) e aproximadamente 70 famílias.

Amostra e critério de inclusão

Para selecionar os participantes da pesquisa, seguimos as orientações de Minayo (2008) sobre pesquisa qualitativa, que destaca a natureza não quantificável das questões abordadas. Escolhemos 9 servidores da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva (1 gestor e 8 professores) de um total de 16 que se encaixavam no perfil para entrevistas. Além disso, 20 famílias representadas pelos responsáveis por estudantes matriculados na escola participaram. Todos concordaram voluntariamente em participar e assinaram o termo de consentimento. Os critérios de exclusão foram não querer participar da pesquisa, estar afastado do trabalho ou enfrentar problemas de saúde.

Resultados e discussões

Comunidade Nossa Senhora das Graças: características e contextos

A comunidade dispõe de uma diversidade de recursos naturais, incluindo recursos hídricos, como lagos e rios, e uma ampla variedade de espécies vegetais, entre as quais se destacam goiaba, melancia, maracujá, graviola, cacau e banana. Atualmente, a escola atende 176 estudantes, distribuídos entre o Ensino Fundamental, nos anos iniciais e finais, e o Ensino Médio, da 1ª à 3ª série, por meio de mediação tecnológica. O número expressivo de alunos é relevante, considerando que a comunidade é composta por aproximadamente 70 famílias e uma população de 320 habitantes.

Além disso, a escola também atende outras seis comunidades vizinhas. A oferta de ensino médio por mediação tecnológica representa um avanço importante, pois elimina a necessidade de deslocamento dos jovens até a sede de Itacoatiara.

Entretanto, a busca por uma educação de qualidade ainda enfrenta diversos desafios, como a precariedade da conexão à internet, que frequentemente é interrompida pela falta de energia, uma vez que a comunidade não dispõe de gerador próprio. Essa situação compromete não apenas o acesso à internet, mas também o funcionamento dos serviços de dados móveis de telefonia.

A infraestrutura escolar também apresenta limitações significativas, que afetam diretamente o cotidiano escolar. A ausência de espaços adequados, como uma sala para o planejamento docente e outra para a gestão administrativa, além da falta de banheiros, impacta negativamente a qualidade do ambiente escolar. Ademais, a inexistência de um depósito para a merenda, de uma cozinha adequada para o preparo das refeições e de um refeitório para

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 8: 394-413, 2024.

estudantes e funcionários agrava as dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar em suas atividades diárias.

Quanto aos funcionários da escola, é relevante destacar que dos 05 professores, 05 são nativos da comunidade. Os demais funcionários, com períodos de serviço variando de 3 a 10 anos, residem na comunidade devido à distância da cidade de Itacoatiara. Conforme a classificação de Yi-Fu Tuan, há indivíduos nativos (com raízes na comunidade desde o nascimento) e visitantes (que não têm vínculos permanentes com a comunidade). Dessa forma, diferentes perspectivas sobre o ambiente em que vivem são observadas, com cada grupo expressando seus sentimentos, sensações e ideais de forma distinta, além do seu senso de pertencimento à comunidade.

A Figura 2 destaca a relevância da escola para a comunidade. Durante uma das visitas realizadas às famílias dos alunos matriculados na Escola Anília Nogueira, no contexto das entrevistas, foi solicitado aos participantes que expressassem sua percepção sobre os espaços mais importantes da comunidade para as famílias. Como resultado, um dos membros de uma família representou, por meio de um desenho, o local onde a escola está situada, evidenciando sua importância no cotidiano da comunidade.



Figura 2: Pontos importantes da comunidade Nossa Senhora das Graças.

Fonte: trabalho de campo, 2023.

Quanto à formação acadêmica dos professores, vale ressaltar que todos possuem no mínimo a formação exigida em lei para atuar como docente da Educação Básica, que é a graduação. Este fato é importante porque demonstra um avanço no processo de lotação dos professores em escolas da zona rural. Por longas décadas os professores que ministravam aula nas escolas de comunidades rurais não tinham o Ensino Médio completo e às vezes nem o Fundamental completo. Esse cenário resultou em uma educação que não atendia plenamente à formação cidadã integral dos alunos das comunidades rurais, do campo e ribeirinhas. Embora frequentassem um ambiente formal de ensino, os alunos adquiriam apenas o conhecimento mínimo para avançar no processo de aprendizagem durante a fase escolar. Sobre o perfil

socioeconômico dos moradores da comunidade que têm filhos ou são responsáveis por estudantes matriculados na escola, foi realizada uma entrevista. De acordo com Jannuzi (2004, p.15):

Utilizar de indicadores socioeconômicos é imprescindível, uma vez que se configura em um instrumento operacional para monitoramento da realidade social para fins de formulação e reformulação de políticas públicas, pois retratam a realidade de uma população que envolve a sua relação com o meio físico e questões que afetam suas relações sociais.

No processo das entrevistas, foram contempladas 20 famílias representadas pelo pai ou mãe ou o responsável por um estudante matriculado na Escola Estadual Anília Nogueira da Silva e 9 agentes educacionais atuantes na escola em questão. Assim, na questão gênero (Gráfico 1), 78% dos entrevistados foram do sexo feminino e 22% foram do sexo masculino uma vez que a maioria das famílias justificou que a figura materna e feminina que é responsável pelo estudante na escola, bem como a maior parte dos agentes educacionais lotados e atuantes na escola são do sexo feminino, o que vem de encontro com a as estatísticas do censo do IBGE de 2021 de que elevaram para 38,7% de mulheres a mais há anos anteriores residindo na da zona rural. Os dados sobre a porcentagem por gênero que foi entrevistada segue abaixo:

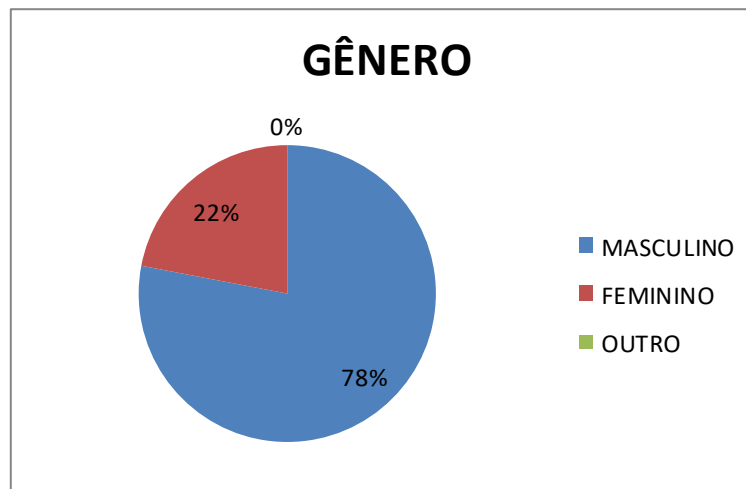


Gráfico 1: Gênero dos participantes da entrevista.
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Quanto ao nível de escolaridade dos participantes da entrevista, identificou-se que 30% possuem o Ensino Fundamental anos finais completo; 28% possuem o Ensino Superior completo; 23% estão cursando alguma série da Educação Básica; 15% tem o Ensino Médio completo e 4% não possuem educação formal.

De acordo com Souza (2018), analisar o contexto do nível de escolaridade de um determinado grupo social remete à compreensão de uma trajetória de lutas coletivas e individuais em prol da melhoria para a qualidade de vida e realização de projetos de vida.

Observou-se, portanto, uma necessidade urgente de implementar políticas públicas que visem reduzir a desigualdade de oportunidades e garantir o acesso à educação pública nas comunidades ribeirinhas. Muitos moradores não tiveram a chance de estudar em sua própria localidade, enquanto outros iniciaram seus estudos, mas não puderam continuar por diversos motivos, como a falta de oferta de séries subsequentes na comunidade e a necessidade de se deslocar para outras regiões para prosseguir os estudos. Além disso, embora alguns tenham concluído o Ensino Médio, muitos não deram continuidade à educação em nível superior, enfrentando dificuldades para migrar para a cidade e estudar. Essas barreiras evidenciam a importância de iniciativas que ampliem o acesso à educação nessas regiões

No que diz respeito ao quesito fonte de renda, os dados obtidos na entrevista trazem a informação de que a fonte principal de renda é: 58% pesca, 23% produção de farinha, plantação e 18% da plantação e colheita das frutas típicas da região e 1% de serviço público. Segundo Vieira (2015), analisar as fontes de geração de renda de um grupo social significa compreender os principais indicadores de pobreza, de desigualdades sociais e também de oportunidades que surgem a partir de lutas e de políticas públicas presentes em comunidades rurais. Portanto, ressalta-se que a comunidade apresenta um grande potencial quanto as suas riquezas naturais.

No item se algum entrevistado recebe auxílio financeiro por parte do governo federal e qual é a renda mensal da família (Gráfico 2), temos as seguintes informações: 59% é beneficiário do Programa Bolsa Família, 18% dos que são pescadores artesanais recebem o seguro-defeso por 3 meses, que é o período de defeso, em que acontece a reprodução de cada espécie de peixe e 23% não recebe nenhum auxílio por parte do governo federal.

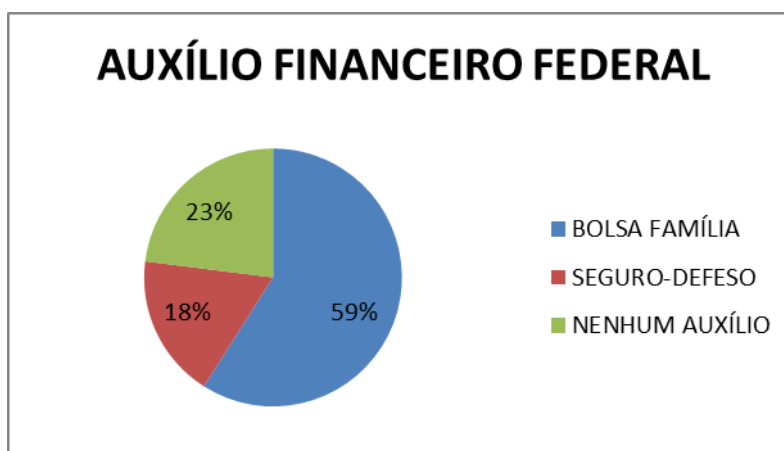


Gráfico 2: Auxílio financeiro federal.
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Paralelamente, mas não fora do contexto da finalidade da entrevista, tiveram falas sobre o entendimento sobre os benefícios sociais, como abaixo:

Não sou a favor do Bolsa família porque criei 8 filhos sem precisar disso. Se você for dar uma volta na comunidade, vai ver o povo todo sentado embaixo da árvore. O povo não quer mais saber de trabalhar. Deu preguiça nesse povo. Fico é revoltado com isso aí (Entrevistado A, 53 anos).

Nessa perspectiva, é necessário implementar políticas públicas para melhorar a qualidade de vida dos moradores das comunidades rurais, incluindo ribeirinhos e residentes de áreas agrícolas. Isso envolve proporcionar maior acesso a serviços essenciais, como educação, saúde, energia elétrica, saneamento básico, e investir no desenvolvimento sustentável da agricultura. É importante que o governo federal, estadual e municipal também ofereça benefícios sociais e invista em projetos que gerem renda. No entanto, é crucial que esses benefícios não substituam as fontes de renda provenientes dos recursos naturais locais, que são fundamentais para a subsistência e o modo de vida das comunidades rurais.

Sobre a renda familiar dos participantes da pesquisa entrevistados, temos 81% com renda de 1 salário-mínimo, ou seja, no valor de R\$ 1.412,00; 10% responderam que recebem ao mês mais de um salário-mínimo e 9% responderam que não têm uma vida fixa.

Projeto Político-Pedagógico (PPP) Escola Anília Nogueira: Críticas e o imaginário social

Na comunidade escolar, a análise do currículo e da forma como os recursos naturais e as práticas de desenvolvimento rural sustentável são abordados começou a partir do estudo do Projeto Político-Pedagógico (PPP), que serve como guia para as práticas pedagógicas da instituição. Esse documento deve ser elaborado com base em um diagnóstico interno, considerando tanto o cenário atual quanto as metas futuras da escola. Além disso, o PPP define os conteúdos que serão ensinados, levando em consideração os aspectos socioculturais, ambientais e econômicos. Existem duas versões desse documento: uma de 2018 e outra mais recente, de 2023. Entretanto, nenhuma das duas aborda de forma clara os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sustentabilidade, desenvolvimento rural sustentável, manejo de recursos naturais ou a Educação do Campo. Embora o texto faça uma menção breve à característica ribeirinha da escola e à educação voltada para áreas rurais, falta um trabalho mais profundo e metas bem definidas sobre a relação entre a comunidade escolar e o meio ambiente.

No que diz respeito ao conjunto de ideias e crenças compartilhadas que influenciam a compreensão dos profissionais da educação e as práticas de ensino em relação a questões ambientais, de sustentabilidade e meio

ambiente, que são o foco deste estudo, constatou-se que o documento em questão não atribui a devida importância a esses temas, pois não reserva um espaço específico para abordá-los. Isso resulta em uma abordagem vaga sobre o imaginário social e a noção de pertencimento, afetando consequentemente a condução do trabalho educativo baseado em simbologias, valores, utopias e ideologias relacionadas à responsabilidade ambiental. Não há no documento um espaço designado para evidenciar as opiniões, perspectivas e expectativas dos profissionais da educação, apesar de ter sido elaborado com a participação destes mesmos profissionais.

Quanto à parte curricular, existe apenas a estrutura que define as áreas de conhecimento para cada nível de ensino, mas não especifica o conteúdo e objetivos de cada área. A área de Ciências ambientais, que poderia promover um trabalho interdisciplinar e transversal, não é mencionada. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2019, no capítulo dedicado à área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, destaca-se a importância do trabalho relacionado às questões ambientais na escola, como desmatamento, mudanças climáticas, uso de transgênicos na agricultura e consumo de energia. Também são propostas ações individuais e coletivas para minimizar impactos socioambientais e melhorar as condições de vida em níveis local, regional e global.

A partir da análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e das entrevistas realizadas, foi possível perceber que o imaginário social dos profissionais da Escola Estadual Anília Nogueira, no que tange ao uso dos recursos naturais para o desenvolvimento rural sustentável, enfatiza a relevância da comunidade local. Essa comunidade é vista como um espaço de memórias, rico em recursos naturais que sempre fizeram parte da história de seus antepassados. Além disso, é reconhecida por seu grande potencial, com recursos que podem garantir a subsistência das famílias e gerar renda, desde que haja planejamento e cooperação entre as famílias, instituições e a escola. Esta, por sua vez, assume um papel importante como formadora de opiniões e promotora de ações que incentivam o desenvolvimento sustentável.

Considerações finais

O trabalho sobre o imaginário social dos agentes educacionais sobre o manejo sustentável dos recursos naturais revelou que a maior parte dos moradores da comunidade tem o entendimento sobre a riqueza de recursos naturais que a localidade apresenta. Que há naquele ambiente um grande potencial para desenvolver práticas sustentáveis e que quanto à escola, há diversos desafios para integrar esse cenário no seu cotidiano com ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e promover um planejamento que garanta qualidade de vida para as próximas gerações também.

Uma boa parte elencou os enfrentamentos de situações que causam impactos no meio ambiente, como queimadas, poluição do ar, dos rios, o

desmatamento entre outros e apresentou uma preocupação com a falta de medidas cabíveis e emergenciais para combater tais fatores.

Quanto às ações que a escola poderá realizar para as contribuições quanto ao uso dos recursos naturais de forma responsável, a comunidade em sua grande maioria apresentou a afirmação de que é necessário haver um planejamento coletivo de um conjunto de ações e procedimentos que possa gerar impactos positivos na vida de cada indivíduo e a promoção de um futuro melhor, garantindo a preservação de diversos ecossistemas ameaçados atualmente.

Nesse contexto, foi evidenciado que o papel da educação se torna cada vez mais crucial, pois para efetuar as mudanças é necessário ir além do discurso e agir, o que demanda cidadãos bem-preparados e informados. Portanto, é importante incluir temas como manejo de recursos naturais e sustentabilidade no dia a dia da escola como forma de enfrentar os desafios causados pela degradação gerada pelo atual modelo econômico e ao mesmo tempo propor estratégias para alcançar a sustentabilidade e qualidade de vida nas comunidades ribeirinhas.

Agradecimentos

Os autores agradecem à CAPES pelas bolsas concedidas.

Referências

ADAMS, Berenice Gehlen. A importância da lei 9.795/99 e das diretrizes curriculares nacionais da Educação Ambiental para docentes. **Monografias Ambientais**, Cascavel, n. 10, p. 2148-2157, out./dez. 2012.

ARAÚJO, André Vidal de. **Introdução à Sociologia da Amazônia**. 2. ed. revista. Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/EDUA, 2003 (Coleção Poramduba).

BOGDAN, Robert.; BIKLEM, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 12. ed. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Poder Executivo. **Panorama do Município de Itacoatiara. 2021**. Informações populacionais e educacionais com base no censo 2010 e estimativas em 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/itacoatiara/panorama>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

BRIGIDA, Alexsander; SANTA, Luiz Braga; RAMOS, Evandro de Moraes. Banheiros do Rio Negro e a escola ribeirinha: as aulas de educação física no contexto da hinterlândia amazônica. **Revista Teias**, [S.L.], v. 61, n. 61, p. 201-217, abr. 2020.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Edições 70, 1995

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 8: 394-413, 2024.

GARNICA, Antônio V. C. **Algumas Notas sobre Pesquisa Qualitativa e Fenomenologia.** *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, São Paulo, v.1, n.1,1997.

GONÇALVES, C. M., MARIANI, M. E., MIRANDA, M., SALGADO, S. R. T. **Percepção Ambiental de Professores da Faculdade UNIVIX**, Vitória, ES. Prêmio Conselho Superior de meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo. 2003.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Por uma escola do campo de qualidade social:** transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. *Brasília*, v.24, n.85, p.97-113.

JANNUZZI, Paulo de Martins. **Indicadores Sociais no Brasil.** São Paulo, Ed. Alínea, 2004.

JÚNIOR, Cezar Saldanha. **Constituições do Brasil. Porto Alegre, Rede Virtual de Bibliotecas**, 2002.

LEITE, Eugênio B. **Diagnóstico Socioambiental Participativo:** Uma proposta para subsidiar os estudos de percepção ambiental em comunidades, 2009.

MAROUN, Kalya; VIEIRA, Valdo. Imaginário Social e Educação Física: um novo olhar sobre a cultura corporal de movimento. **R. da Educação Física/Uem**, Maringá, v. 18, n. 2, p. 219-225, jul. 2007. Semestral.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vezes, 2002.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo. Porto Alegre: Editora Meridional**,2005.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. Imaginário social e a educação: uma aproximação necessária. **Perspectiva**, Florianópolis, v.11, n.19, p.131-142, 1993.

PEDROSO, N.A., FERREIRA, L. K. N.; A.D.; ANTIQUEIRA, L.M.O.R. Contribuições das expressões artísticas Kaingang para a Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.19, n. 1 p. 31, 2024, DOI:10.34.34024/revbea.2024. v.19. 15572.

RIGG, Jonathan. **Os desafios do Século XXI das comunidades rurais.** v. 34, n. 1, 2006, p. 180-202.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir.** São Paulo: **Revista dos Trbunais**, 1986.

SANTOS, Harlon Romariz Rabelo; LEAL, Júlio César. **Educação para a Sustentabilidade: a proposta da Alfabetização Ecológica.** *Revista das Faculdades Adventistas da Bahia Formadores: vivências e estudos*, Cachoeira, v. 3, n. 1, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 511-531, jul. 2010.

TUAN, Yu-Fu. **Topofilia – Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**, Rio de Janeiro: tradução: DIFEL/Difusão Editorial S.A, 1974.

VEIGA, J. E. O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

WILLERDING, André Luis; OLIVEIRA, Luiz Antonio de. Diagnóstico de um projeto de enriquecimento florestal na Comunidade do Brasileirinho. Manaus, Amazonas. **Acta Amazonica**, v. 35, n. 4, p. 421-426, dez. 2005.